

Ministros tentam reaver verbas cortadas no ajuste

Mônica Izaguirre
de Brasília

Os próprios ministros do governo Fernando Henrique estão fazendo pressões sobre o Congresso para alterar o novo projeto de Orçamento para 1999, revelou ontem o relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Segundo ele, "todos os ministérios, com exceção do da Fazenda e do Planejamento", já lhe procuraram para pedir que sejam contempladas em seu relatório emendas que recomponham dotações cortadas pela área econômica na revisão da proposta do governo.

Ao substituir o projeto enviado em agosto, a área econômica fez cortes de R\$ 8,7 bilhões na parte do orçamento conhecida como OCC, que refere-se a investimentos e outros custeios que não pagamento de pessoal e benefícios previdenciários. Embora proporcionalmente menor, o corte pegou inclusive áreas sociais como a Saúde, que teve uma redução de 6,6% em atividades (programas continuados) e projetos (obras e outros investimentos).

Tebet disse que entre os ministérios que apresentaram pedido para reverter cortes em suas pastas estão o da Saúde, do ministro José Serra, e

o da Educação, do ministro Paulo Renato, ambos do PSDB, partido do presidente da República. "É normal e legítimo", avaliou o senador, que não vê nada de errado nessa prática. Para ele, trata-se de "um paradoxo" que mostra "como é difícil e espinhosa" a tarefa da Comissão Mista de Orçamento.

Hoje, a Comissão faz mais uma reunião, na tentativa de avançar na análise das emendas apresentadas.

São 8.070 emendas propondo remanejamento de despesas, já que não se pode criar despesa nova. No total, elas chegam a R\$ 14,09 bilhões aproximadamente.

Porém, segundo o relator, não será possível remanejar um valor tão alto. O teto a ser remanejado para acomodar emendas ainda não está definido, mas Ramez Tebet tentará chegar a R\$ 3,4 bilhões.

Tudo depende do levantamento sobre o que é possível cortar na proposta do governo para remanejar para as emendas. Só a partir daí é que os recursos serão distribuídos entre as propostas dos parlamentares. Segundo o senador, a comissão tem pressa, pois o Orçamento precisa ser votado até 15 de dezembro. No momento, as emendas estão sendo analisadas por sete relatores setoriais.

"A maioria dos ministros já pediu a inclusão de emendas que recomponham as dotações cortadas", diz Ramez Tebet.